

OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA INGÊNUA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE ÁLVARO VIEIRA PINTO (1907-1985): PONDERAÇÕES SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ANALISAR O IDEÁRIO PEDAGÓGICO DA BNCC

*ÁLVARO VIEIRA PINTO'S (1907-1985) CONCEPTS OF INGENUOUS AND
CRITICAL CONSCIOUSNESS: CONSIDERATIONS ON HIS CONTRIBUTION TO
UNDERSTANDING THE PEDAGOGICAL UNDERPINNINGS OF THE BNCC*

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.vi.1633>

Jéssica Gomes das Mercês

Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF), na linha de pesquisa Ciência, Cultura e Educação (CCE), com período de doutorado sanduíche realizado na Universidade de Lisboa, Portugal. É licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, 2016), tendo desenvolvido monografia na área de Carcinologia, com ênfase na fecundidade de ermitões (*Calcinus tibicen*).

É especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde elaborou um modelo didático em formato de jogo de tabuleiro para discutir essas temáticas com estudantes do Ensino Médio, com foco na inclusão de alunos com deficiência visual. É mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UESB), com a dissertação intitulada “*Os Contextos de Influência e Produção da Base Nacional Comum Curricular: um enfoque na disciplina escolar Ciências*”. Atua na área de Educação em Ciências, com ênfase em currículo, políticas educacionais, elaboração de modelos didáticos e questões de gênero e sexualidade.

Universidade Federal Fluminense – UFF; jessicaa.merces@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1030-0851>

Sandra Escovedo Selles

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua no Programa de Pós-graduação em Educação. Possui Licenciatura em Ciências Biológicas (UERJ), Mestrado e Doutorado em Educação em Ciências pela University of East Anglia (Reino Unido), além de pós-doutorado na Brown University (EUA) e na USP, com bolsa CNPq. Foi coordenadora do PPG Educação/UFF (2011–2013), presidente da SBEnBio (2007–2011) e da ABRAPEC (2013–2017), além de bolsista de produtividade 1B do CNPq. Coordena o grupo de pesquisa "Currículo, Docência e Cultura" (CDC), com cooperação nacional e internacional. Atua em redes de pesquisa como EDUCANTI, REDLAD e REDLAECIN. Seus interesses incluem formação de professores, currículo de Ciências/Biologia, livro didático e políticas curriculares, com ênfase em abordagens históricas.

Universidade Federal Fluminense – UFF; escovedoselles@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7921-0478>

Edinaldo Medeiros Carmo

Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral na Universidade de Lisboa, Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. É pesquisador do grupo de pesquisa Currículo, Docência e Cultura e coordenador do grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente, atuando como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Acadêmico) da UESB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em currículo, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, ensino de ciências e biologia, saberes docentes e conhecimento escolar.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; medeirosed@uesb.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1594-8983>

Resumo: Este artigo discute a configuração curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à luz da teoria educacional de Álvaro Vieira Pinto. Através de uma análise documental, concepções de educação, ser humano e saber de Vieira Pinto são tensionadas com os conceitos da política nacional. Nos anos 1960, Vieira Pinto vivenciou disputas por espaços no currículo durante a produção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, influenciando sua obra. Ao evidenciar os conceitos presentes na obra do intelectual e no texto da política nacional é importante considerar os diferentes contextos históricos das produções. Para Vieira Pinto, em suas teorias e concepções, a consciência crítica é antítese da consciência ingênua. Para ele, o interesse em enfatizar somente parte da realidade, em conhecimentos finitos e baseado na consciência dos outros sobre o nós, faz com que o ser humano seja um ser inautêntico. Com quatro questões primordiais apresentadas por Vieira Pinto, “A quem educar? Quem educa? Com que finalidade? Por que meios?”, as concepções presentes no texto da BNCC são tensionadas diante do ideário gerencialista e neoliberal desta política educacional.

Palavras-chave: BNCC, Educação, Neoliberalismo, Política educacional.

Abstract: This article discusses the curricular configuration of the Brazilian National Common Curriculum (BNCC) in light of Álvaro Vieira Pinto's educational theory. Through a documentary analysis, Vieira Pinto's conceptions of education, human being, and knowledge are juxtaposed with the concepts present in the national policy. In the 1960s, Vieira Pinto experienced disputes over curriculum space during the production of the first Law of Guidelines and Bases for Education, influencing his work. When highlighting the concepts present in Vieira Pinto's intellectual output and the national policy text, it is crucial to consider the distinct historical contexts of the productions. According to Vieira Pinto's theories and conceptions, critical consciousness is the antithesis of ingenuous consciousness. He argues that emphasizing only part of reality, finite knowledge, and relying on others' consciousness about ourselves renders human beings inauthentic. Through four fundamental questions posed by Vieira Pinto - "Who is being educated? Who educates? With what purpose? By what means?" - the concepts present in the BNCC text are tensioned against the managerial and neoliberal ideology underlying this educational policy.

Keywords: BNCC, Education, Neoliberalism, Educational policy.

INTRODUÇÃO

Dentre os intelectuais da educação, encontra-se o Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), intelectual cuja teoria norteará as discussões deste texto. O brasileiro Vieira Pinto foi autor de uma vasta produção intelectual, entretanto, seu trabalho é pouco conhecido, sendo mais associado à influência que suas ideias tiveram sobre a obra de Paulo Freire (Gonzatto; Merkle, 2016). Segundo uma entrevista concedida a Demerval Saviani (Pinto, 2001), a qual encontra-se na introdução do livro “Sete Lições sobre a Educação de Adultos”, Vieira Pinto narra um pouco de sua trajetória.

Originário de um contexto de classe média pobre, aproveitou algumas oportunidades de estudo que foram surgindo ao longo de seu percurso e através delas e, de seu autodidatismo, se solidificou enquanto intelectual da educação, perscrutando caminhos acadêmicos diversos que foram importantes para sua produção intelectual (Pinto, 2001). Vale ressaltar que, devido a sua exímia produção sobre educação e sociedade, ele foi um dos intelectuais reprimidos pela Ditadura Civil-Militar no Brasil, necessitando se exilar em outros países. Além disso, sua obra sofreu uma tentativa, por vezes exitosa, de apagamento (Gonzatto; Merkle, 2016; Pinto, 2001).

Devido ao entorno social onde cresceu, em um momento de sua vida, Vieira Pinto teve um posicionamento político-social próximo ao integralismo. Entretanto, por meio de suas vivências e reflexões profissionais e pessoais, mudou seu posicionamento, assumindo uma ideologia crítica ao autoritarismo e preocupando-se com a questão do desenvolvimento do terceiro mundo, muito dessa mudança está relacionada à sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (Gonzatto; Merkle, 2016). De acordo com Dias (2004), quando Vieira Pinto atuava no ISEB, entre os anos 50 e 60, começou a refletir sobre a realidade brasileira, cujo cenário

[...] foi marcado pela acentuada crise da elite agrário-mercantil, pelo êxodo rural, pela efervescência dos movimentos populares, pela crescente luta em torno da reforma universitária, pela erradicação do analfabetismo, pela atuação reivindicatória dos seguintes movimentos: UNE (União Nacional dos Estudantes), JEC (Juventude Estudantil Católica), AP (Ação Popular), MCP (Movimento de Cultura Popular), MEB (Movimento de Educação de Base). Lutava-se, nesse momento, pelo processo de democratização do país (Dias, 2004, p. 1).

Apesar de ter produzido uma teoria vasta e complexa, pouco de sua obra foi publicada, inclusive, apesar de ser um intelectual brasileiro, existem produções que foram divulgadas e comercializadas em espanhol, sem nunca terem tido uma tradução para o português (Gonzatto; Merkle, 2016).

Detentor de uma amplitude impressionante de formações universitárias e de conhecimentos, Álvaro Vieira Pinto debateu e produziu conhecimento sobre inúmeras temáticas (demografia, existencialismo, realidade brasileira, tecnologia, sociologia, filosofia, educação, ética etc.), dentre elas se destaca neste trabalho a produção intelectual voltada para a área de Educação.

Vieira Pinto compreendia a realidade brasileira de sua época como algo transitório, em sua visão, o Brasil era um país caracterizado como subdesenvolvido e dominado por uma elite burguesa detentora do poder que poderia ser transformado pelas massas populares com a mudança da expansão da força produtiva e da consciência nacional (Dias, 2004).

A dependência internacional à qual o país estava submetido recebe inúmeras críticas de Vieira Pinto, para ele, o desenvolvimento nacional deveria partir das construções do próprio povo, para que dessa forma deixassem de ser submissos aos ditames exteriores. Na entrevista concedida à professora Betty Oliveira em 1982, Vieira Pinto afirma que a educação é um processo difícil por ser um meio de modificação do ser humano, no qual educador e educando vão se modificando (Pinto, 2001). Segundo esse intelectual, é a educação que imprime transformação à consciência do aluno, portanto, a educação é um dos eixos que, por meio do diálogo entre dois indivíduos (educador e educando), permite a construção da nação pelo povo e a libertação da dependência internacional.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ao longo dos diversos governos, a sociedade passa por mudanças a fim de se aproximar das finalidades e propostas pelos governantes eleitos, o mesmo ocorre com o campo educacional. Em alguns momentos da história da educação brasileira, buscou-se formular uma padronização do currículo. A movimentação mais recente com este propósito foi a idealização e materialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em meados de 2015, em meio a discussões e disputas entre variados grupos,

iniciou-se a produção da referida política educacional, a qual foi finalizada, em partes, e homologada em dezembro de 2017, o texto referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em dezembro de 2018, o texto com a reforma para o Ensino Médio (Brasil, 2018; Costa; Carmo, 2022).

O texto da Base Nacional a apresenta como uma orientadora da produção dos currículos escolares. Segundo o que está escrito no referido documento,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018, p. 7).

Apesar de não se definir como um documento obrigatório, diante da proposta de “[...] definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais [...]”, a BNCC expressa um caráter prescritivo e, conseqüentemente, obrigatório, pois a seleção e definição de tais aprendizagens se deram sem um diálogo com a comunidade escolar (Silva, 2018). Além disso, “Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas **devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências**”, enfatizando a obrigatoriedade da utilização da referida pedagogia (Brasil, 2018, p. 13, grifos nossos). Além disso, de acordo com Costa e Carmo (2022), a ênfase na pedagogia das competências e habilidades demonstra sua filiação a uma perspectiva gerencialista da política nacional, cujos discursos neoliberais estão entrelaçados com as projeções presentes em seu texto.

Esta política educacional se dissemina para além do campo curricular, uma vez que tem outras atribuições no campo da educação, dessa forma, “[...] espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação” (Brasil, 2018, p. 8), com isso, a Base Nacional serve de alicerce para o desenvolvimento de outras políticas e ações educacionais, as quais devem se alinhar com as finalidades prescritas no documento nacional, produzindo uma padronização alinhada com o ideário neoliberal.

Diante disso, é importante ressaltar que o campo educacional é um espaço de disputas; portanto, há diferentes participações no processo de produção das políticas

educacionais. Tais diferenças estão relacionadas ao poder de fala de cada grupo, representatividade etc., mas, de forma maior ou menor, todos eles deixam suas marcas e discursos na política por meio da participação no debate (Gonçalves; Machado; Correia, 2020). Dessa forma, afirma-se que o processo de construção da BNCC foi marcado por diferentes ideologias, tensões, diferenças e negações.

Inclusive, houve grande influência dos fatores políticos, uma vez que, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, todos os indivíduos que estavam à frente do projeto de uma base nacional foram substituídos por aliados do novo governo, liderado por Michel Temer, e de suas propostas. Sobre isso, para Gonçalves, Machado e Correia (2020), não é possível dissociar a produção do referido documento do contexto político, dado que sua produção se iniciou em um governo eleito democraticamente, mas sua homologação foi após um golpe institucional.

De acordo com Costa (2021), em sua versão final, a BNCC propaga discursos neoliberais e valores alinhados aos interesses do mercado de trabalho, cuja finalidade está na formação de indivíduos que satisfaçam estes interesses e demandas. Além disso, é imperioso ressaltar que há marcas e discursos dos movimentos neopentecostais que têm ganhado espaço na sociedade brasileira e tecendo fortes vínculos com os governos, principalmente de vertentes da extrema-direita (Mercês; Carmo, 2024). Nesse contexto de disputas, destaca-se a presença dos atores educacionais e das Associações e Sociedades brasileiras de Educação, que tiveram um papel importante ao enfrentar as inúmeras tentativas de estabelecimento, ainda mais intenso, dos preceitos neoliberais.

As relações de poder e as disputas que permeiam o estabelecimento das políticas são importantes objetos de análise, uma vez que os discursos presentes na política serão disseminados durante o processo de sua implementação. Além de ser indispensável conhecer as ideologias e os grupos que detém o poder na sociedade e, consequentemente, direcionam as finalidades do processo educativo. Afinal, como é apontado por Vieira Pinto (2001), as questões pedagógicas são sempre questões sociológicas.

Em relação à sua configuração curricular, a BNCC apresenta a pedagogia das competências e habilidades como norteadora dos currículos escolares e do processo educativo para toda a Educação Básica, com alterações mais substanciais na etapa do Ensino Médio – que vale a pena ressaltar, foi homologado à parte do texto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. De acordo com Mercês e Carmo (2024), este é um

aspecto estruturante da política nacional, com isso, por mais que os currículos e atores escolares busquem alternativas, não é possível se desvencilhar dessa prescrição de configuração de ensino.

Cabe considerar, ainda, que o documento homologado se distanciou consideravelmente da proposta inicial, tanto na configuração quanto nas finalidades. Dessa forma, as concepções de educação, ser humano, sociedade e saber foram mudadas de forma a se adequarem aos novos propósitos da política educacional. Tais conceituações serão discutidas adiante à luz de conceitos apresentados na teoria educacional de Álvaro Viera Pinto.

PERCURSO METODOLÓGICO

O enfoque aqui abordado não pode ser simplificado em dados estatísticos, uma vez que se referem aos significados e às intenções presentes no mundo das relações e estruturas sociais (Minayo, 2014). Diante disso, o corpus da pesquisa é composto pela Base Nacional Comum Curricular, sob seus textos introdutórios foram realizadas leituras e discussões para compreender algumas ideias presentes na política nacional e os significados atribuídos a determinados termos, alguns destes termos foram também apresentados nos estudos de Álvaro Viera Pinto, porém, com uma perspectiva distinta da que está presente no texto da BNCC.

Um aspecto relevante para começar essa discussão é ponderar que a teoria educacional de Vieira Pinto é datada, ou seja, está intimamente relacionada com as questões sociais, políticas e culturais do tempo e contexto em que foi produzida (Dias, 2004). Entretanto, muitos questionamentos e reflexões levantados por este autor podem ser dialogados com as vivências da atualidade, mais de meio século depois.

Para fomentar o debate sobre o ideário da atual política educacional nacional (BNCC) e a perspectiva teórica de Vieira Pinto, o livro “Sete Lições Sobre Educação de Adultos”, do referido autor, será utilizado como principal referência. Além disso, algumas pesquisas de autoras e autores que estudaram a vida e a obra deste intelectual também serão utilizadas como fonte para compreensão da teoria educacional proposta por Vieira Pinto. Além da intersecção com estudos sobre a configuração curricular da BNCC, a fim de triangular os dados aqui apresentados.

BNCC E TEORIA EDUCACIONAL DE VIEIRA PINTO: APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS

O período em que Vieira Pinto se aprofundou em suas reflexões sobre a educação brasileira foi caracterizado por uma grande movimentação no sistema educativo, uma vez que estava em pauta a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (votada em 1961) (Dias, 2004). Naquele período, o debate girava em torno do controle da gestão da educação brasileira, em que de um lado estava a iniciativa privada e do outro estudantes, políticos e intelectuais que defendiam o controle pelo Estado, a fim de proporcionar uma educação gratuita e laica para todos. Essa conjuntura conecta os estudos do Vieira Pinto com o contexto de produção da BNCC, a qual também foi elaborada em meio às disputas entre o ideário neoliberal com aspectos mercantilistas e os atores educacionais em busca de uma escola equânime (Costa; Carmo, 2022; Mercês; Carmo, 2024).

As disputas permeiam os processos de produção e materialização das políticas públicas, inclusive, recentemente, no processo de idealização, produção e implementação da BNCC. Sobre isso, Costa (2021, p. 90) afirma que

[...] o projeto de uma base nacional agregou uma série de interesses distintos, os quais foram representados a partir de diferentes organismos, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e, obviamente, a iniciativa privada, principalmente, através do Movimento pela Base Nacional Comum.

Essas disputas por poder que atravessam a história da educação brasileira estão intimamente relacionadas com a obtenção de espaço para a implementação ou perpetuação de determinados projetos e interesses, ao obter esse lugar de influência, pode-se determinar as finalidades da educação e a compreensão de mundo, ser humano e sociedade a partir do ponto de vista de grupos específicos.

No contexto da teoria educacional, a educação não pretende formar um ser humano sem um conceito prévio ideal, ou seja, o processo educativo tem a finalidade de formar um sujeito (ou objeto, depende da ideologia empregada) previamente estabelecido (Pinto, 2001). E quem projeta esse indivíduo a ser formado é alguém em um dado tempo, um dado espaço e em uma posição social definida. Em seus estudos, Vieira Pinto concebe o ser humano a partir de sua história (natural ou cultural) e o reconhece como produtor de cultura (Dias, 2004). De acordo com Dias (2004), nessa perspectiva, a cultura é

produzida mediante relações, seja do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade ou com a natureza, tendo, por meio da cultura, a capacidade de reconstruir o ser humano.

Essa noção de ser humano-social não dialoga com a noção de indivíduo a ser formado, apresentada no texto da Base Nacional, pois o discurso neoliberal da proposta curricular da BNCC enfatiza, em diversos aspectos, a individualidade (Costa; Carmo, 2022). É imperioso esclarecer que, nas competências gerais, a Base Nacional cita e propõe a coletividade e vivência social, entretanto, esta proposta é contrastada com a pedagogia das competências, cujo foco está no desenvolvimento de habilidades para a disputa individual no mercado de trabalho flutuante. Segundo Costa (2021), um dos princípios capitalistas é a individualidade, assim, os grupos que se beneficiam no sistema capitalista (fundações vinculadas e financiadas por empresários) se mobilizam para mantê-lo e se apropriam do campo educacional para isso.

Em sua obra, Viera Pinto enfatiza, em diversos momentos, a importância do trabalho para a formação do ser humano enquanto sujeito. Entretanto, a noção de trabalho apresentada por este intelectual diverge da perspectiva neoliberal presente na BNCC. Dado que, para ele, a relação do indivíduo com o trabalho é o que possibilita que o mesmo produza cultura, ou seja, produza a si mesmo. A educação, nesse contexto, permite que o indivíduo socialize e se eleve enquanto trabalhador (Pinto, 2001). No ponto de vista da teoria educacional, “[...] o trabalho é a atividade mediadora entre o mundo e a sua existência no âmbito do mundo cultural” (Dias, 2004, p. 5).

Por outro lado, no contexto capitalista, o trabalho não dignifica, reconstrói ou auxilia o trabalhador no processo de produção de cultura. Como é possível aferir ao observar a precarização e *uberização* crescentes do trabalho nos dias atuais, principalmente com a fortificação e avanço do neoliberalismo na sociedade brasileira desde a década de 1990. A educação, nessa conjuntura neoliberal, tem como finalidade produzir mão de obra especializada para satisfazer as demandas do mercado capitalista, ignorando as necessidades sociais.

A educação é a ferramenta utilizada pela sociedade para a formação dos sujeitos à sua imagem e para atender aos seus interesses e, dessa forma, podem ser integrados no modo social vigente (Pinto, 2001). Há nos fundamentos educacionais de Vieira Pinto duas reflexões sobre a educação: o sistema formal que é produzido no âmbito legal e

desenvolvido nas escolas e o sistema real que é uma produção da influência social, a qual busca a transformação das pessoas em prol das demandas da sociedade.

De acordo com Dias (2004, p. 6), “[...] a educação, para Vieira Pinto, é vista como sendo produto das relações do homem com o seu meio social concreto. É dessa relação social que emergem os desafios e os saberes a serem apreendidos e aprendidos pelos membros da sociedade”. A educação dialógica apresentada por este autor é capaz de despertar a consciência aberta e, através dela, é possível ao sujeito decidir assumir ou não os valores do grupo ou sociedade da qual participa.

Os ideais de educação propostos pelo texto da Base, ao definir a educação, o fazem fundamentados na pedagogia das competências e alinhada com a Agenda 2030 da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU), afirmando que o compromisso da educação está na transformação da sociedade (Brasil, 2018). A partir desta apresentação, é possível perceber que, mesmo com o passar dos anos, a sociedade brasileira continua submetida aos determinantes internacionais, uma vez que a própria Base Nacional é uma reprodução de projetos externos ao país e ao próprio povo.

Tal relação com os propósitos internacionais faz da BNCC e, consequentemente, da educação, dispositivos reguladores utilizados para a propagação dos discursos neoliberais globais, o que não permite a libertação da consciência dos sujeitos. De acordo com Costa (2021), na Base Nacional é possível identificar o uso de discursos progressistas para fins neoliberais, apresentando ideais de coletividade e desenvolvimento social que são rechaçados na prática.

Para Vieira Pinto, o conteúdo da educação deve ser popular, se assim não for, se converte em alienação cultural (Pinto, 2001). Ainda em relação ao conceito de educação, o texto da BNCC afirma:

[...] assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

No trecho destacado, o documento se contradiz, uma vez que afirma promover uma educação apropriada para todas as faixas etárias, cuidando das singularidades e diversidades. Entretanto, todas as orientações presentes na Base Nacional são voltadas para o ensino regular, desconsiderando completamente os contextos, infraestrutura e

singularidades do processo educativo. Por exemplo, como apontado por Costa (2021), não há em seu texto orientações para as modalidades de ensino. Apesar do trecho supracitado falar sobre a educação do adulto, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (assim como as demais, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância) não é contemplada na configuração curricular proposta e a obrigação dessa elaboração curricular recai sobre os estados e municípios.

Ao considerar que o livro de Vieira Pinto tem como foco a educação de adultos no período em que foi produzido, vale ressaltar que a BNCC, apesar de ser um documento para a educação nacional, é destinada para um público específico, os alunos do ensino regular. Para a teoria educacional de Vieira Pinto, a educação deve ser considerada como uma possibilidade humana e deve ser independente da posição no contexto social, do seu trabalho e do valor atribuído pelos interesses da consciência social dominante (Pinto, 2001). É necessário conceber o indivíduo, criança ou adulto, como portador de conhecimentos, o que só é possível a partir da mudança da perspectiva dominante sobre o sujeito e seu trabalho.

A forma de pensar sobre as concepções de educação, ser humano e saber é apresentada nos fundamentos da teoria educacional de Vieira Pinto por meio da discussão sobre as consciências ingênua e crítica, as quais serão trazidas a seguir.

Consciências ingênua e crítica e a BNCC

Em seu aporte teórico, Vieira Pinto apresenta as concepções de **consciência ingênua e consciência crítica**. A consciência é um elemento importante nos fundamentos teóricos do autor, ela está relacionada a representação mental da realidade exterior e de si mesmo, do objeto e do sujeito, do mundo e da autoconsciência (Pinto, 2001). Conforme Dias (2004), na teoria de Vieira Pinto, a percepção concreta da realidade só pode ser captada na e pela consciência ao vivenciá-la e ser condicionada por ela.

Ao apresentar a consciência ingênua o teórico de imediato afirma que ela é nociva para a educação – assim como para os demais campos –, pois produz e reproduz ideias que não correspondem à realidade, ela reflete sobre si mesma, toma a si mesma como objeto de compreensão, porém, sem gerar autoconsciência. Neste campo específico, ela concebe o educando (criança ou adulto) como ignorante e mero objeto da educação, a

qual se resume a um processo de transferência de conhecimentos finitos (Pinto, 2001). Vale ressaltar que o “ser ignorante” é relativo. O povo das classes populares é considerado absolutamente ignorante por não saber alguma coisa, enquanto para a elite é suficiente saber minimamente alguma coisa para não ser considerada como ignorante (Dias, 2004). Nesse sentido, é possível perceber que a consciência ingênua é um produto dos discursos elitistas, pois concebe as massas como incultas e passivas.

A consciência crítica procede da consciência ingênua. É o momento em que o ser humano desenvolve a representação mental do mundo exterior e de si mesmo e apresenta clara percepção dos condicionamentos que constroem essa representação e, ao refletir sobre si, gera autoconsciência. A fim de descrevê-la no campo educacional, Vieira Pinto a relaciona com algumas categorias importantes:

[...] objetividade (caráter social do processo pedagógico), concretidade (caráter vital da educação como transformação do ser do homem), historicidade (a educação como processo) e totalidade (a educação como ato social que implica o ambiente íntegro da existência humana, o país, o mundo e todos os fatores culturais e materiais que influem sobre ele) (Pinto, 2001, p. 42).

Assim, são considerados aspectos como o caráter social do processo pedagógico, a transformação do ser humano por meio da educação que influi sobre o mundo e a cultura (Pinto, 2001).

Ao discutir sobre educação, a noção de saber é abordada pelo intelectual nas duas perspectivas. Do ponto de vista da consciência ingênua, o saber é um conjunto de conhecimentos absolutos, abstratos e históricos, os quais não possuem relação causal com parte da realidade. Este saber não necessita de justificativas para além do espírito puro que o produz (Pinto, 2001). Tal saber se assemelha à noção de ciência defendida pelo positivismo, na qual o conhecimento científico é imutável e o único verdadeiro. É interessante ressaltar que ideais da perspectiva positivista se fazem presentes no texto da Base Nacional e são eles o eixo fundamental da disciplina escolar Ciências sistematizada na política nacional (Costa, 2021; Mercês; Carmo, 2024).

Por outro lado, a consciência crítica concebe o saber como fruto da própria existência real do homem no mundo e intimamente atrelado à sua realidade, o saber é impresso no espírito do homem por meio das ideias (Pinto, 2001). Nesse sentido, o saber

é algo vivido, experienciado, refletido pelas inúmeras experiências do ser humano, concebendo-o como sujeito de formação do saber.

O texto da Base Nacional faz algumas referências a uma noção de saber, duas delas estão presentes nas competências gerais estabelecidas para a Educação Básica. A competência 6 aponta a necessidade de

Valorizar a **diversidade de saberes** e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências **que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho** e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 9, grifos nossos).

Do mesmo modo, a competência 9 da BNCC afirma a importância de

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e **valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes**, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10, grifos nossos).

Apesar de expressar, nas competências gerais, uma perspectiva de saber diverso e relacionado com a realidade – semelhante, em teoria, ao que é apresentado pela consciência crítica de Vieira Pinto – ao longo do texto e pela configuração curricular proposta, a BNCC tende a demonstrar uma perspectiva contrária, uma vez que concebe a educação como a transferência de um conhecimento finito, determinado e isolado da realidade dos estudantes. Por exemplo, para o componente curricular Ciências, uma série de mudanças foram realizadas ao longo do processo de produção da Base Nacional, dentre elas, se destaca o foco em uma disciplina escolar, Ciências, de caráter positivista, que teve as discussões políticas, sociológicas e culturais excluídas no processo de materialização da política (Costa, 2021). Como afirmado por Costa e Carmo (2022, p. 207), “[...] há um esvaziamento da dimensão humana e subjetiva que perde espaço para os preceitos determinados pelas finalidades da agenda internacional, voltados para a fabricação de capital humano que se adeque ao mercado de trabalho oscilante”, essa perspectiva de formação mecânica apresenta elementos que se aproximam da perspectiva da consciência ingênua.

Outro elemento presente na configuração da BNCC que é importante discutir é a desvalorização da autonomia docente. Dado que a Base Nacional propõe alinhar todas as políticas e ações educacionais, esta passa a exercer grande influência sobre o processo avaliativo, que será cobrado dos professores a sua utilização na íntegra. Somado a isso está a configuração curricular por competências e habilidades, a qual engessa o processo educativo. Estas duas variantes interferem na autonomia docente. Visto que esta política educacional apresenta o foco do processo educacional no desenvolvimento de habilidades que deverão ser avaliadas, engessando o desenvolvimento da aprendizagem nos conhecimentos determinados que serão mensurados pelas avaliações gerais.

Segundo Vieira Pinto (2001), é uma característica da consciência ingênua preceituar limites ao processo pedagógico e dar caráter absoluto às questões educacionais, ela supõe que o docente seja simples transmissor de uma mensagem definida que não varie no tempo e lugar – os objetos de conhecimentos e habilidades –, e o professor deve seguir determinado método – pedagogia das competências e habilidades. Sobre a relação da BNCC com os professores, Costa (2021, p. 105) afirma que no texto da Base Nacional “[...] as referências feitas ao professor se resumem à orientação ou exemplos do que deve ser feito, não há motivação para um diálogo com quem está lendo”.

A consciência crítica é a antítese da consciência ingênua. Para Vieira Pinto, o interesse em enfatizar somente parte da realidade, em conhecimentos finitos e baseado na consciência dos outros sobre o **nós**, faz com que o ser humano seja um ser inautêntico. O autor defende que o saber não possui caráter contemplativo, ornamental ou não prático, o saber produzido e mobilizado pela consciência crítica não busca a manutenção da realidade, mas sempre anseia pela sua transformação.

CONCLUINDO

Em sua teoria educacional, Pinto (2001) elenca quatro questões primordiais que são aspectos de uma totalidade; estão inter-relacionadas, mas não são uniformes. Segundo ele, o processo educativo pode ser resumido nelas, as quais são: A quem educar? Quem educa? Com que finalidade? Por que meios? É interessante relacionar essas quatro questões primordiais da teoria educacional de Vieira Pinto com os aspectos conceituais apresentados no texto da BNCC.

Ao discutir a primeira questão – a quem educar? – Vieira Pinto critica como a sociedade seleciona e determina quem irá receber a educação e qual será esta educação. Em uma sociedade desigual, a uns é destinada a educação sistematizada, escolarizada e erudita, enquanto outros são submetidos à educação informal livre e não letrada (Pinto, 2001). Ao considerar as cobranças sociais sobre os sujeitos e as demandas impostas pelos sistemas, os indivíduos que não são privilegiados com a educação sistematizada são marginalizados, ampliando o quadro de desigualdade.

O texto da BNCC, ao focar sua configuração e suas finalidades em determinados sujeitos, os alunos do contexto regular, como foi discutido anteriormente no texto, invisibiliza e exclui do processo educativo todos os outros sujeitos que apresentam particularidades que não se encaixam na normatividade do ensino regular (Costa, 2021). Portanto, ao determinar *a quem educar?*, de forma tão restrita, a Base Nacional condiciona os demais a uma educação não formal.

E mesmo aqueles que recebem a educação formal, o processo não é igualitário, uma vez que é condicionado a uma série de influências sociais que favorecem alguns em detrimento de outros (Pinto, 2021). Essa discussão no âmbito da BNCC pode estar relacionada, por exemplo, quanto a estrutura das escolas nas quais o sistema de competências e habilidades será desenvolvido, visto que estudantes em escolas com acesso a laboratórios, quadras esportivas, salas de informática etc. terão maiores oportunidades de alcançar os objetivos finais do ensino por competências e, obviamente, diante do acesso a múltiplos incentivos, ultrapassar as barreiras das habilidades mercadológicas impostas e ter uma aprendizagem mais plural.

É frequente o pensamento de que cabe ao professor formar o estudante, compreendendo-o como objeto a ser moldado, esta perspectiva está relacionada às concepções alienadas da educação. Entretanto, é necessário reconhecer o aluno como sujeito, de consciência autônoma e que pode ser instruído de forma dialógica em uma partilha de ideias (Pinto, 2001).

Na segunda questão – quem educa? – Vieira Pinto tece críticas ao fato de que a educação parte da elite social. Nas sociedades desiguais, os professores são tidos como objetos a serviço da sociedade para reproduzir os conhecimentos e cultura determinados pela classe dominante (Pinto, 2001). Sob o ponto de vista da consciência ingênua, o

professor, sendo detentor do conhecimento, terá domínio sobre a consciência do estudante, impondo o saber e os conhecimentos pré-estabelecidos.

Diante dessa segunda questão, é primordial destacar novamente que a BNCC é uma política nacional que tem como um dos objetivos alinhar todas as demais políticas e ações educacionais, portanto, o processo de formação de professores deve estar de acordo com a sua configuração e finalidades (Brasil, 2018). Assim, busca-se formar o professor para reproduzir os conteúdos determinados na Base Nacional seguindo a metodologia estabelecida neste documento. Segundo Pinto (2001) a formação do educador não deve ser confundida com a aquisição de conhecimentos a serem transmitidos, ele deve se reconhecer enquanto sujeito consciente e autônomo e se transformar a cada encontro de consciências com os demais educadores e com seus educandos. Dessa forma, mais tensões e afastamentos são estabelecidos entre os estudos e projetos educativos do intelectual brasileiro e a política educacional nacional.

A terceira questão – com que finalidade? –, de acordo com Pinto (2001), é respondida a depender da perspectiva do educador ou legislador. Segundo este intelectual, a consciência crítica tende a deixar explícitas as finalidades educacionais, enquanto que a consciência ingênua oculta ou dissimula as finalidades de diversas formas. Para Vieira Pinto, as finalidades da educação devem estar associadas com a transformação da sociedade e devem ter como origem os preceitos do povo; elas não devem estar limitadas à transmissão do saber formal, mas seu foco deve estar na abertura da consciência dos indivíduos, pois, só assim, é possível haver a mudança da sociedade.

Posto que o processo de elaboração da BNCC não dialogou com a comunidade educacional escolar e acadêmica (Costa; Carmo, 2022), muito menos com a população, é possível apontar que as finalidades nela estabelecidas não estão relacionadas com os objetivos do povo (Costa, 2021). Como citado anteriormente, o compromisso da BNCC se dá com entidades internacionais, dado que busca estar “[...] alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)” (Brasil, 2018, p. 8); além disso, em seu texto na seção “Os fundamentos pedagógicos da BNCC” expõe que o foco no desenvolvimento de competências é atrelado ao fato que

É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (Brasil, 2018, p. 13)

Portanto, as finalidades do documento nacional estão fundamentadas em textos e propostas internacionais, ignorando as produções nacionais e o diálogo com a população que receberá a educação formal.

Por fim, a quarta questão – por que meios? – está relacionada ao método educativo e às circunstâncias materiais nas quais se cumpre o processo educativo, inclusive a infraestrutura das escolas (Pinto, 2001). A questão material da Base Nacional já foi discutida anteriormente neste texto, uma vez que a BNCC não proporciona uma infraestrutura adequada da escola para atender às singularidades dos sujeitos que a frequentam (por exemplo, estudantes com deficiência), ela promove a exclusão destes indivíduos. Além disso, como mencionado anteriormente, os entes federativos não dispõem de ambientes escolares adequados (laboratórios, quadras esportivas, salas de informática etc.) para cumprir todas as exigências da configuração curricular por competências e habilidades; a imposição deste documento promove desigualdades, visto que revela as diferenças de *status* social entre a escola rica e escola pobre (Pinto, 2001).

Em relação ao método, ele apresenta os aspectos técnico e ideológico, sobre os quais Vieira Pinto afirma que toda solução técnica de um problema pedagógico é envolvida por uma ideologia (Pinto, 2001). Segundo a teoria de Vieira Pinto, o método não deve ser superestimado, nem considerado capaz de suprir as deficiências do processo educacional. Entretanto, a perspectiva na qual a BNCC foi produzida utiliza a pedagogia das competências como redentora da educação brasileira. Como apresentado anteriormente, a utilização desta abordagem se justifica por ser o enfoque adotado nas avaliações internacionais, portanto, essa pedagogia é a saída para aumentar a posição do país nos *rankings* internacionais. Ainda de acordo com o texto da Base Nacional, “[...] a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que *assegurem* as aprendizagens essenciais definidas na BNCC” (Brasil, 2018, p. 13, grifo nosso), ou seja, o pressuposto de que a pedagogia das competências, por si mesmo, assegura a aprendizagem fixada no documento, obviamente, é uma falácia.

Em face das discussões aqui levantadas, vale ressaltar o caráter ideológico da educação. Este se refere à consciência de alguém, envolto em intenções, desejos e

interesses implícitos ou explícitos (Pinto, 2001). Segundo Dias (2004), a consciência acompanha as transformações materiais da sociedade, portanto, o contexto social influenciará no processo educativo.

De acordo com Costa (2021, p. 144) “É inegável que a Base Nacional foi produzida imersa em discursos neoliberais [...]. O estabelecimento de uma base comum favorece o projeto de instituição de uma hegemonia ao apresentar para toda nação os discursos que ali estão fixados”; assim, é possível assegurar que a ideologia neoliberal é dominante na referida política educacional, buscando satisfazer na educação as intenções, desejos e interesses do sistema econômico vigente.

Para finalizar, em entrevista a Betty Oliveira, o intelectual Álvaro Vieira Pinto afirma que “[...] é indispensável o caráter de encontro de consciências no ato da aprendizagem, porque a educação é uma transmissão de uma consciência a outra, de alguma coisa que um já possui e o outro ainda não” (Pinto, 2001, p. 21). Portanto, um professor crítico que tem sua consciência para além das prescrições e determinações de uma ideologia elitista, pode, por meio do diálogo e do encontro de consciências, se transformar e transformar seus estudantes e estes, por sua vez, transformarem a sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 27 jan. 2025.

COSTA, J. G. M. **Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular: um enfoque na disciplina escolar Ciências**. 2021. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/04/J%C3%89SSICA-GOMES-DAS-MERC%C3%84S-COSTA.pdf> Acesso em: 06 nov. 2024.

COSTA, J. G. M.; CARMO, E. M. A consolidação dos discursos neoliberais no componente curricular Ciências. **Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências**, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina, v. 11, n. 2, p. 198-208, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/rbba.v11i02.11567>. Acesso em: 06 nov. 2024.

DIAS, S. S. Fundamentos da teoria educacional em Vieira Pinto. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4777/art16_15.pdf Acesso em: 06 nov. 2024.

GONÇALVES, R. M.; MACHADO, T. M. R.; CORREIA, M. J. N. A BNCC na contramão das demandas sociais: planejamento com e planejamento para. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 38, p. 338-351, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6012/4505> Acesso em: 06 nov. 2024.

GONZATTO, R. F.; MERKLE, L. E. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. 69, p. 286-310, set., 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644246/15197> Acesso em: 06 nov. 2024.

MERCÊS, J. G.; CARMO, E. M. As teorias de currículo nos documentos educacionais brasileiros. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. e66076, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i1.66076. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/66076> Acesso em: 06 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 12. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06 nov. 2024.